



JORNAL OFICIAL

Segunda-feira, 27 de janeiro de 2014

I

Série

Número 10

Sumário

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Portaria n.º 5/2014

Aprova o Regulamento de mobilidade de doentes do Sistema Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira.

**SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS
SOCIAIS****Portaria n.º 5/2014**

De 27 de janeiro

A garantia do acesso à prestação global de cuidados de saúde constitui prioridade de ação no Serviço Regional de Saúde (SRS), essencialmente através do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E. (SESARAM, E.P.E.), que tem por atribuição principal a prestação de cuidados de saúde mediante um atendimento de qualidade e em tempo útil e aceitável para a condição de saúde de cada utente, no quadro dos recursos materiais ou humanos disponíveis, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2012/M, de 2 de julho, que aprova os Estatutos do SESARAM, E.P.E..

Todavia, por vezes é necessária a deslocação do utente para o exterior da Região Autónoma da Madeira (RAM), por forma a assegurar determinados cuidados de saúde, não apenas nos casos em que o sector público não consegue dar resposta, por inexistência de meios técnicos ou humanos adequados, assim como naqueles em que o particular, no âmbito da sua liberdade de escolha, recorre à prestação de cuidados de saúde no exterior da RAM.

Por outro lado, é indispensável enquadrar ainda as situações do utente que, por qualquer vicissitude e encontrando-se no exterior da RAM, necessita de aceder, de forma pontual ou em tratamento continuado, a prestações de cuidados de saúde.

Neste âmbito, compete ao Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM) proceder à comparticipação aos utentes das despesas com a prestação de cuidados de saúde no sector privado da saúde, ao abrigo da alínea n) do n.º 2 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2008/M, de 23 de junho, que cria o IASAÚDE, IP-RAM e aprova a respetiva orgânica, na atual redação, conferida pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2012/M, de 9 de julho.

É neste contexto que assume especial relevância a definição e operacionalização de procedimentos de mobilidade de doentes e de pagamento das despesas inerentes.

Assim:

Ao abrigo da alínea d) do artigo 69.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, revisto pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de agosto e 12/2000, de 21 de junho, e da alínea g) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2012/M, de 1 de junho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2013/M, de 25 de novembro, manda o Governo Regional da Madeira, pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais, o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto

Pela presente Portaria é aprovado o Regulamento de mobilidade de doentes do Sistema Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira, adiante designado por Regulamento, constante do Anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 2.º
Norma revogatória

É revogado o Despacho n.º 8/2007, de 5 de julho, da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, II Série, n.º 138, a 30 de julho.

Artigo 3.º
Entrada em vigor e produção de efeitos

A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos 30 dias após o respetivo início de vigência.

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, no Funchal, aos 21 dias do mês de janeiro de 2014.

O SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS,
Francisco Jardim Ramos

Anexo da Portaria n.º 5/2014, de 27 de janeiro

Regulamento de mobilidade de doentes do Sistema Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira

Capítulo I
Disposições gerais**Artigo 1.º**
Objeto

A prestação de cuidados de saúde a utentes do Serviço Regional de Saúde (SRS), bem como a beneficiários da ADSE - Serviços Regionalizados, fora da Região Autónoma da Madeira (RAM), ou no estrangeiro, rege-se pelo presente Regulamento de mobilidade de doentes do Sistema Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira, adiante designado por Regulamento.

Artigo 2.º
Âmbito de aplicação

- 1 - O presente Regulamento aplica-se às seguintes situações:
 - a) Prestação de cuidados de saúde, públicos ou privados, efetuada fora da Região, ou no estrangeiro, por falta de meios técnicos ou humanos no SRS e por este devidamente encaminhada;
 - b) Prestação de cuidados de saúde privados efetuada fora da Região, ou no estrangeiro, por opção ou escolha própria do utente, existindo meios técnicos ou humanos no SRS;
 - c) Prestação de cuidados de saúde, pontual ou em tratamento continuado, ao utente que, por qualquer vicissitude, se encontra deslocado fora da Região ou no estrangeiro.
- 2 - Está excluída do âmbito de aplicação do presente Regulamento a prestação de cuidados de saúde efetuada fora da Região, ou no estrangeiro, por opção ou escolha própria do utente, nos casos de inexistência de meios técnicos ou humanos no SRS e em que o utente não requer encaminhamento, assumindo as respetivas despesas.

- 3 - O disposto no presente Regulamento não prejudica a aplicação das disposições normativas ou regulamentares comunitárias sobre cuidados de saúde transfronteiriços.

Artigo 3.º Definições

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

- a) “Utente do SRS”:
 - a.1) O portador do cartão do utente do SRS sem subsistema de saúde, de cujo cartão não consta, na zona B, encostado ao bordo do lado direito, a letra S, no interior de um quadrado;
 - a.2) O portador do cartão de cidadão acompanhado de documento autêntico emitido pelo Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E. (SESARAM, E.P.E.) que confirme ser o SRS a entidade responsável pelas respetivas despesas de saúde;
- b) “Beneficiário da ADSE - Serviços Regionalizados”: o portador de cartão de beneficiário da ADSE com as siglas AM e RM, com exceção dos trabalhadores da Administração Regional Local no ativo;
- c) “Deslocação para fora da Região”: a viagem realizada para Portugal Continental ou Açores;
- d) “Deslocação para o estrangeiro”: a viagem efetuada para fora de Portugal;
- e) “Serviço de saúde de origem”: a unidade de saúde donde provém o utente;
- f) “Serviço de saúde de destino”: a unidade de saúde para onde o utente é encaminhado.

Artigo 4.º Priorização dos serviços de saúde de destino

Na situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º, o utente é enviado para os serviços de saúde de destino que disponham dos meios adequados para os cuidados de saúde a prestar, de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- a) Serviços de saúde integrados no Serviço Nacional de Saúde ou no Serviço Regional de Saúde dos Açores;
- b) Serviços de saúde privados fora da Região;
- c) Serviços de saúde públicos no estrangeiro;
- d) Serviços de saúde privados no estrangeiro.

Capítulo II Tipologia de mobilidades

Secção I Mobilidade por falta de meios técnicos ou humanos no SRS

Artigo 5.º Requisitos

- 1 - Na prestação de cuidados de saúde, públicos ou privados, efetuada fora da Região ou no estrangeiro, por falta de meios técnicos ou humanos no SRS, são condições essenciais para o encaminhamento do doente:
 - a) A existência de relatório circunstanciado favorável do médico assistente do SESARAM, E.P.E., contendo os meios

complementares de diagnóstico e terapêutica já efetuados e seus relatórios, o diagnóstico provável e a terapêutica instituída;

- b) A confirmação daquele relatório pelo diretor de serviço e pelo diretor clínico do SESARAM, E.P.E.;
- c) A decisão favorável do Conselho de Administração do SESARAM, E.P.E..

- 2 - As deslocações previstas na presente secção dependem sempre de autorização prévia, salvo em situações de comprovada urgência, nos termos do artigo 8.º.

- 3 - Compete ao SESARAM, E.P.E. assumir as despesas com a prestação de cuidados de saúde, bem como com transportes e estadias.

Artigo 6.º Relatório médico

- 1 - O relatório médico deve especificar, designadamente:
 - a) As razões que justificam a impossibilidade, material ou humana, da prestação de cuidados de saúde ser realizada no SESARAM, E.P.E.;
 - b) O objetivo clínico da deslocação;
 - c) Os serviços de saúde de destino, fora da Região ou no estrangeiro, de referência do doente;
 - d) O prazo máximo dentro do qual deve ter lugar a prestação de cuidados de saúde, sob pena desta não produzir o seu efeito útil normal;
 - e) O facto de ser ou não necessário utilizar, na deslocação, qualquer meio de transporte especial;
 - f) A circunstância do doente carecer, ou não, de acompanhante, com ou sem preparação técnica adequada.
- 2 - A indicação dos serviços de saúde de destino a que se refere a alínea c) do número anterior é feita por ordem de preferência decrescente, devidamente fundamentada.

Artigo 7.º Procedimento

- 1 - Compete ao Conselho de Administração do SESARAM, E.P.E. a decisão do processo de encaminhamento de utente para fora da Região, ou para o estrangeiro, que lhe seja submetido pelo interessado, de acordo com os requisitos previstos no artigo 5.º.
- 2 - Caso a decisão seja favorável, deve indicar o serviço de saúde de destino, efetuando-se, em tempo útil, atento o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º, as diligências necessárias para confirmação de existência de vaga.
- 3 - Da decisão e das diligências efetuadas deve ser dado conhecimento ao interessado, pela forma mais expedita, nos termos do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo.

- 4 - A decisão a que se referem os números anteriores deve ser comunicada ao interessado no prazo de 15 dias úteis contados da data do registo de entrada do pedido de mobilidade no SESARAM, E.P.E..

- 5 - Na falta de resposta no prazo fixado no número anterior, considera-se concedida a autorização, devendo ser dado seguimento imediato ao procedimento de mobilidade, nos termos do presente Regulamento.

- 6 - Da decisão desfavorável cabe recurso para o Secretário Regional que tutela a área da saúde, que decidirá no prazo de 30 dias contados a partir da data em que o mesmo lhe tenha sido remetido.

Artigo 8.º

Casos excecionalmente urgentes

- 1 - Em caso de excecional urgência comprovada por relatório médico, e verificados os pressupostos referidos no artigo 5.º, os prazos previstos nos n.ºs 4 e 6 do artigo anterior são reduzidos para 5 dias úteis, aplicando-se o disposto no n.º 5 do artigo precedente.
- 2 - O utente a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º que, por força de excecional urgência na prestação de cuidados de saúde tenha efetuado previamente a deslocação para fora da Região ou para o estrangeiro, pode submeter ao Conselho de Administração do SESARAM, E.P.E. o respetivo processo, verificados os pressupostos a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 5.º e observado o disposto no n.º 2 do artigo 6.º, fundamentando a escolha do serviço de saúde de destino em que foi realizada a prestação de cuidados.
- 3 - Caso a decisão prevista no número anterior seja favorável, o utente tem direito a ser reembolsado pelo SESARAM, E.P.E. das despesas a que se refere o artigo 9.º.

Artigo 9.º

Despesas

- 1 - As despesas resultantes da prestação de cuidados de saúde, de transportes na classe mais económica, de estadia, incluindo alojamento e alimentação, são da responsabilidade do SESARAM, E.P.E., que autorizou a deslocação.
- 2 - O SESARAM, E.P.E. deve proceder aos adiantamentos e depósitos-caução que se revelem necessários.
- 3 - As despesas previstas nos números anteriores são asseguradas pelo contrato-programa celebrado entre o Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM) e o SESARAM, E.P.E..

Artigo 10.º

Protocolos ou acordos preferenciais

Mediante autorização do Secretário Regional que tutela a área da saúde, o SESARAM, E.P.E. pode celebrar

protocolos ou acordos de prestação de cuidados de saúde com serviços de saúde, públicos ou privados, fora da Região ou no estrangeiro, com vista a um atendimento preferencial.

Secção II

Mobilidade para fora da Região por opção do utente

Artigo 11.º

Requisitos

- 1 - Nos casos em que, existindo meios técnicos e humanos no SRS e o utente, por opção própria, incluindo situações de encaminhamento pelo médico assistente do setor privado, recorre à prestação de cuidados de saúde privados fora da Região, compete ao utente assumir as despesas com esses cuidados, sendo posteriormente reembolsado pelo IASAÚDE, IP-RAM, de acordo com as tabelas de reembolsos do SRS, ou da ADSE, consoante o caso.
- 2 - Neste tipo de mobilidade, são apenas reembolsadas as despesas com a prestação de cuidados de saúde, excluindo-se os encargos com transportes e estadias.
- 3 - Os n.ºs 1 e 2 do presente artigo não se aplicam à prestação de cuidados de saúde públicos fora da Região, cujas despesas são assumidas pelo SESARAM, E.P.E..

Secção III

Mobilidade para o estrangeiro por opção do utente

Artigo 12.º

Beneficiários da ADSE

- 1 - Nas situações em que, existindo meios técnicos e humanos no SRS e o utente, por sua opção, incluindo as situações de encaminhamento pelo médico assistente do setor privado, recorre à prestação de cuidados de saúde privados no estrangeiro, compete ao utente assumir as despesas com esses cuidados, sendo posteriormente reembolsado pelo IASAÚDE, IP-RAM, de acordo com a tabela de reembolsos da ADSE.
- 2 - Neste tipo de mobilidade, são apenas reembolsadas as despesas com a prestação de cuidados de saúde, excluindo-se os encargos com transportes e estadias.

Artigo 13.º

Utentes do SRS

- 1 - A prestação de cuidados de saúde programada depende de autorização prévia, nos termos do artigo 5.º, sendo-lhe aplicável, com as devidas adaptações, o disposto na secção I do presente capítulo.
- 2 - Na prestação de cuidados de saúde inesperada ou não programada, compete ao utente assumir as despesas, sendo posteriormente reembolsado pelo IASAÚDE, IP-RAM, de acordo com os montantes apurados pelo SESARAM, E.P.E. junto do país onde foi realizada a prestação de

cuidados de saúde, nos termos dos regulamentos comunitários e acordos bilaterais.

- 3 - Nestes casos é aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 12.º.

Artigo 14.º
Regulamentos e acordos internacionais

Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, este tipo de mobilidade rege-se pelos regulamentos comunitários e acordos bilaterais específicos em vigor.

Secção IV
Mobilidade nas situações de doença crónica

Artigo 15.º
Procedimento

- 1 - Sempre que o doente crónico, por qualquer vicissitude, se encontre deslocado fora da Região ou no estrangeiro, e necessite de dar

continuidade ao seu tratamento, as respetivas despesas são assumidas pelo SESARAM, E.P.E..

- 2 - Para os efeitos previstos no número anterior, o doente crónico deve ser portador de termo de responsabilidade emitido pelo SESARAM, E.P.E..

- 3 - Neste caso tem aplicação, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 7.º e 8.º.

Capítulo III
Disposição final

Artigo 16.º
Regulamentação

Os serviços públicos com intervenção nesta matéria devem, de acordo com as respetivas competências, aprovar as normas e orientações que se revelem necessárias à boa execução do presente Regulamento.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda.....	€15,91 cada	€15,91;
Duas laudas.....	€17,34 cada	€34,68;
Três laudas.....	€28,66 cada	€85,98;
Quatro laudas.....	€30,56 cada	€122,24;
Cinco laudas	€31,74 cada	€158,70;
Seis ou mais laudas.....	€38,56 cada	€231,36

EXEMPLAR

A estes valores acresce o imposto devido.

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série	€27,66	€13,75;
Duas Séries	€52,38	€26,28;
Três Séries	€63,78	€31,95;
Completa	€74,98	€37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial
Departamento do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: €1,83 (IVA incluído)